

51

CAMBI, Franco. Características da educação contemporânea. In: ———. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

TEXTO 11

CAPÍTULO I

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

1 A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA E A IDENTIDADE SOCIAL DA PEDAGOGIA

A época contemporânea nasce – convencionalmente – em 1789, com a Revolução Francesa, já que é com aquele evento crucial que caem por terra seculares equilíbrios sociais, econômicos e políticos, enquanto toda a sociedade européia entra numa fase de convulsão e de transformação que se prolongará por muito tempo e que mudará as características mais profundas da história. Sobretudo, eliminará o *Ancien Régime*, com suas conotações ainda medievais de sociedade da ordem, da soberania por direito divino, da relação de organicidade entre as classes, para iniciar um processo totalmente novo caracterizado pela inquietação, pela constante renovação, pela abertura para o futuro (mais que pela referência ao passado) e, portanto, para o pluralismo interno (de grupos sociais, de interesses, de projetos), para o caráter conflitante e para a hegemonia construída pragmaticamente dentro e através dos conflitos. E é justamente a Revolução que opera esse duplo processo da crise do *Ancien Régime* e da ênfase sobre o dinamismo social, ideológico, político etc.

Depois da grande Revolução virão Bonaparte, o Império e a Restauração, mas não executarão nenhum passo atrás em relação às rupturas revolucionárias: Bonaparte acolhe o programa de reconstrução burguesa da sociedade francesa, segundo um modelo de modernização que implica o controle do Estado e de um Estado burocrático, que programa e dirige o funcionamento de toda a vida nacional, inspirando-se numa racionalidade técnica; o Império difunde estes princípios por toda a Europa; a Restauração não elimina absolutamente as transformações técnicas (administrativas, econômicas etc.) difundidas durante a época napoleônica.

As estruturas que se difundiram entre a Revolução e a Restauração serão as estruturas profundas que virão marcar a época contemporânea e caracterizá-la de modo unitário até os dias de hoje. A contemporânea é a época das Revoluções: desde 1789 até 1848, depois até 1917 e até o pós-1945, a história dos últimos dois séculos é marcada justamente pelas tensões revolucionárias, pelas rupturas que elas implicam e pelas exigências (de guinada em relação ao passado, de reconstrução *ab imis* da sociedade, de advento da "sociedade justa" – ou mais justa) que manifestam. É um movimento vasto e profundo, que atinge áreas geográficas, povos e culturas que se rediscutem, operam rupturas com as tradições, tendem à renovação radical; e são movimentos orientados de maneira diversa, ora políticos (como os fascismos, que nascem como solução *ad hoc* numa crise política), ora sociais (como as revoluções socialistas, de 1871 a 1917, ao pós-45), ora étnicos (como o "fundamentalismo" islâmico atual), ora tecnológicos (como ocorreu no Japão), ou entrelaçados entre si, mas que caracterizam em profundidade as sociedades contemporâneas.

Mas a contemporaneidade é também a época da industrialização, dos direitos, das massas e da democracia. A Revolução Industrial é outro fator determinante da sua identidade. A partir da Inglaterra do século XVIII, o nascimento do "sistema de fábrica", da produção em larga escala e de um mercado mundial veio marcar, às vezes mais às vezes menos, todos os países do globo, implicando também radicais mudanças sociais (o nascimento do proletariado, por exemplo), explosões demográficas, redistribuição da propriedade etc./ Trata-se de um processo imenso que teve andamentos não-lineares, mas fortemente diferenciados e que estruturou intimamente até o mundo político, reclamando estados auto-

ritários nos locais em que a industrialização era tardia e se caracterizava como "salto" (pense-se na União Soviética, em particular). A época da industrialização é também a época de grandes migrações, de deslocamentos ideológicos, de lutas de classe duríssimas e frontais que o Estado não consegue (nem quer) conter e orientar. Tal processo tornou a contemporaneidade dramática, erigida de lacerações, fez dela uma época inquieta e radicalmente conflituosa cujos custos humanos (de vidas humanas, de destinos de homens de carne e osso, de "ilusões perdidas", de expectativas irrealizadas etc.) foram altíssimos: uma época que se alimentou do *pathos* da tragédia.

Ao lado da industrialização e dos movimentos nas classes sociais que ela ativa, ao lado da consciência de classe que ela veio produzir, a contemporaneidade é também a época dos direitos, do seu reconhecimento teórico e da sua afirmação prática. São direitos do homem, do cidadão, da criança, da mulher, do trabalhador, depois das etnias, das minorias, dos animais e da natureza, num processo que desde 1789 se expande de modo concêntrico e não-linear (mas com andamentos em zig-zague), para incluir aspectos cada vez mais amplos e também distantes do homem, para tutelar sua existência e especificidade. Estamos talvez diante do aspecto mais nobre, mais racional, mais iluminista até, da época moderna, que serve um pouco de contracanto e de correção para aquele *status* de tragédia que é típico da história contemporânea entre industrialização e revoluções. É o aspecto que, inclusive, faz da história contemporânea um *unicum* na história humana e em torno do qual se manifesta hoje o trabalho da própria história, indicando nele o seu sentido e o seu percurso (ou seja, o seu fim e os seus meios).

A contemporaneidade é também a época das massas, da manifestação delas como protagonistas da história, trazendo também suas próprias conotações de rebeldia, de superficialidade, de hedonismo, de espírito antiaristocrático, e encetando uma profunda tensão entre massas e elite que podemos reconhecer como uma das grandes infra-estruturas da história contemporânea. De fato, as massas "se rebelam" (como sublinha Ortega y Gasset) para afirmar-se, para apropriar-se do poder ou para condicioná-lo (e, de fato, atingem tal objetivo), invadem assim a vida social, inundando-a com seu "espírito" utilitário e consumista, desprovido de qualquer espiritualidade *verdadeira*. Mas, para elas, a elite serve de

contracanto: a elite do poder, as elites da cultura, além das do dinheiro (que não se afastam muito – pelo tipo de consciência e de cultura – da massa), que reelaboram um papel para as próprias elites, como vanguarda e como guia, mas também como continuidade da tradição, que freia e supera a iconoclastia das massas e da sua cultura. Assim, a contemporaneidade produz as massas, mas também os mecanismos para o seu controle, desde as ideologias até as associações, a propaganda, o uso do tempo livre, os meios de comunicação: e neste binômio dinâmico de massificação e de regulamentação das massas se exprime uma das características mais profundas, mais constantes do “tempo presente”.

Enfim, a contemporaneidade é também a época da democracia, da retomada/atualização/expansão do modelo de organização política já executado na Atenas de Péricles, reativado depois na modernidade de forma burguesa: mais universal e mais ligada à economia, mas também ao *ethos* e à cidadania. O cidadão da democracia é o indivíduo burguês, que tem autonomia, opinião e bens, sendo, portanto, sujeito político com plenos direitos. Assim se configura a democracia na Inglaterra moderna, depois na França etc., seja na organização do Estado (com a divisão dos poderes, o direito de voto e a representação, os partidos etc.), seja na estruturação da vida social (com o respeito pelas minorias, com as liberdades liberais – de pensamento, de associação, de expressão –, com a participação através de grupos, clubes, *lobbies* etc.). Mas foram sobretudo os Estados Unidos da América – como sublinhou Tocqueville – que deram forma à democracia dos modernos, com a ativação de um forte espírito comunitário, mas também com o respeito pelas liberdades individuais e de grupo. De Jefferson a Dewey, Roosevelt e Kennedy, a história americana produziu o modelo mais denso de democracia, baseada na participação e no direito, embora não tenha removido seus limites econômicos (postos pelo capitalismo desenfreado e imperialista) e os seus riscos de intolerância e de domínio (o racismo e a política imperial).

Na contemporaneidade, entretanto, nasce um organismo político-social novo que reclama participação e responsabilidade social, civil e política por parte de todos, desenvolvendo também as possibilidades de igualdade entre os homens, ao realizar (pelo menos em teoria) a igualdade das oportunidades. Até mesmo as democracias populares dos países comunistas, nos seus aspectos teóricos mais avançados, limitavam-se ape-

nas a assinalar estes aspectos progressistas, negando-os depois – e radicalmente – na prática: a democracia socialista era (ou queria ser) participativa e igualitária. Hoje, isso permanece, ainda, um desafio para o futuro: um caminho aberto da nossa história.

A contemporaneidade, justamente pelas transformações que opera nas sociedades, pela descentralização que a caracteriza (em relação ao exercício do poder no *Ancien Régime*: exercido pelo rei, dentro de um Estado que era “patrimônio” do soberano, controlado por uma burocracia centralizada), pelo pluralismo (de sujeitos sociais, de tradições, de interesses, de programas políticos etc.), pelas tensões que a atravessam etc. implica uma retomada cada vez mais central da educação, também em relação à Época Moderna. Nos anos Oitocentos e Novecentos a educação torna-se quase um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade (de indivíduos, de etnia, de classe) para integrar-se na coletividade, mas através do qual também recebem os instrumentos para inserir-se dinamicamente neste processo, solicitando soluções novas e mais abertas. Tanto as tensões revolucionárias quanto as transformações radicais da industrialização, tanto os processos de “rebelião das massas” quanto as instâncias de democracia promovem uma centralização da educação e um crescimento paralelo da pedagogia, que se tornam cada vez mais o núcleo mediador da vida social, onde se ativam tanto integrações quanto inovações, tanto processos de reequilíbrio social quanto processos de reconstrução mais avançada ou de ruptura. A educação/pedagogia – como bem viu Luhmann – veio ocupar um papel cada vez mais específico (de mediação e de reequilíbrio) no sistema social, articulando-se num subsistema igualmente plural e orgânico, disseminado no social, mas coordenado por uma reflexividade (por processos teóricos de interpretação e projeção) que garante sua funcionalidade, agindo segundo modelos adequados à sua fase histórica de desenvolvimento.

A contemporaneidade é também a época da educação e de uma educação social que dá substância ao político (enquanto a política é governo dos e sobre os cidadãos), mas que também se reelabora segundo um novo modelo teórico, que integra ciência e filosofia, experimentação e reflexão crítica, num jogo complexo e sutil.

A herança do moderno é – em torno destes temas – problemática: ninguém tem a solução pronta no bolso, o problema é realmente duplo e aberto, as soluções correm sempre o risco de ser insuficientes. O importante é reconhecer o duplo legado, o problema aberto e continuar a interrogar-se – sem preconceitos e sem censuras – em torno deste tema crucial da contemporaneidade.

6 A ESCOLA E AS REFORMAS

Outra característica que atravessa a contemporaneidade pedagógica e que a marca profundamente é a renovação da organização escolar e a sua vocação reformista. A começar do século XVIII (também neste caso), a instituição escolar foi submetida a processos de revisão, de reprogramação, de reorganização setorial e global, tendo em vista uma maior funcionalidade social, ligada à convergência ideológica com o poder, mas sobretudo à eficiência em relação às necessidades produtivas e, portanto, técnicas da sociedade-nação-Estado. Tratou-se de renovar a escola a fim de torná-la funcional para a sociedade industrial, democrática, de massa etc., que se vinha configurando como o modelo contemporâneo e disseminado de sociedade. Tratou-se de atualizar a escola por organização-gestão, por programas, por modelos culturais a uma sociedade nova que se configurava como produtiva, pluralista, aberta.

Toda uma série de reestruturações que a escola sofreu no curso dos últimos dois séculos mostra esta “lei” de adequação à sociedade que a atravessa, tornando-a cada vez mais uma instituição central da vida social, à qual são delegadas tarefas de reprodução e de transmissão, mas também de seleção, isto é, de duplo filtro entre passado e futuro, entre conservação e mudança. A escola tornou-se *obrigatória* (pelo menos em certas ordens e graus), gratuita ou quase, *estatal* (com algumas exceções, mas que não chegam a anular o papel de controle por parte do Estado sobre todos os tipos de escola): são três aspectos que a colocam na sociedade atribuindo-lhe um papel essencial. Existe ainda o outro aspecto da diferenciação interna, dos muitos tipos de escola, que vem cobrir outra exigência: de reprodução da divisão do trabalho e de reconstrução de classes e grupos sociais.

A obrigação escolar foi uma característica central da legislação dos Estados modernos, a começar do século XVIII. Obrigação de frequência para todos os cidadãos, pelo menos no nível de escola popular, para atingir justamente aquelas qualidades típicas do cidadão moderno: sentir-se parte de um Estado, reconhecer suas leis, realizar a sua defesa ou a sua prosperidade. A escola elementar dá elementos cognitivos, mas também sociais: instrui socializando. O princípio da obrigatoriedade escolar tem uma complexa atuação nos vários Estados europeus, entre os quais a Itália (que a afirma como princípio em 1859 com a lei Casati, promulgada pelo Reino da Sardenha e estendida, depois dos anos 60, para toda a Itália, embora omita os problemas econômicos e sociais que devem ser resolvidos preliminarmente para tornar operante tal princípio; que amplia apenas em 1962 com a extensão da escola obrigatória até o 14º ano, mas que espera ainda para ser posteriormente estendido – ao 16º ano – e tornado realmente operativo em todas as partes do país), e pode ser considerado como um princípio ainda incompleto. Entretanto, foi uma característica central da escola contemporânea, que a colocou a serviço da nação e a investiu de um papel emancipativo, delineando-a como um dos fatores da renovação social (pela alfabetização das massas, por uma aculturação que saía do âmbito do folclore e do religioso).

Também a gratuidade, já afirmada pelos teóricos mais radicais da instrução no século XVIII, foi um princípio que acompanhou o crescimento da escola, que a colocou a serviço de todos, que a tornou socialmente decisiva para operar um despertar das massas populares e uma verdadeira participação na vida econômica e política. A gratuidade da escola significa pagamento de taxas simbólicas ou isenção destas para receber, pelo contrário, subsídios e contribuições que são consignados às famílias para manter os filhos na escola (como fizeram, por exemplo, os Patronatos Escolares nos primeiros anos deste século na Itália, deslocando do público para o privado a obra de defesa do “direito ao estudo” ou à refeição escolar, que livrava as famílias pobres da obrigação de alimentar os filhos no período escolar).

Enfim, o estatismo da escola significa controle de toda a instrução por parte do Estado e gestão direta do setor (o público) mais importante. E o Estado se encarrega da escola para subtraí-la às influências de ideologias “parciais” da sociedade (étnicas, religiosas, de renda) e para